

A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS

THE HISTORICAL TRANSFORMATION OF THE TERRITORY AND THE REINVENTING OF THE TOCANTINS' PARAKANÃ

Richelly de Nazaré Lima da Costa^{1*}, Aline Souza Nascimento², Katiane Silva³

Resumo:

A busca pela autonomia tem levado povos e comunidades tradicionais a desenvolverem dinâmicas para acesso igualitário ao mercado e manutenção dos seus meios de vida. No Pará, esta movimentação tem contribuído para o fortalecimento dos conhecimentos e viabilizado a reprodução social dos indígenas Parakanã, situados nas fronteiras entre os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga. No presente artigo analisamos a forma estratégica como eles têm usado os conhecimentos dos não indígenas como forma de otimizar e manter a resiliência dentro de um processo de extermínio, por meio da mobilização para criação do curso Técnico em Agroecologia. O artigo se estrutura a partir do trabalho etnográfico junto aos Parakanã, oportunidade que tem nos possibilitado observar suas constantes movimentações e as estratégias de integração para manutenção do seu bem viver.

Palavras-chave: agroecologia; educação escolarizada; bem viver; indígenas; resiliência.

Abstract:

The search for autonomy has led traditional peoples and communities to develop dynamics for equal access to the market and maintenance of their livelihoods. In Pará, this movement has contributed to the strengthening of knowledge and made possible the social reproduction of the Parakanã indigenous, located on the borders between the municipalities of Novo Repartimento and Itupiranga. In this article, we analyze the strategic way in which they have used the knowledge of non-indigenous people as a way of optimizing and maintaining resilience within a process of extermination, through the mobilization to create the Technical course in Agroecology. The article is structured from the ethnographic work with the Parakanã,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA. * limacostarn@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA Belém, Pará, Brasil.

³ Docente adjunta da Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e do Programa de Pós-graduação em Antropologia, Belém, Pará, Brasil.

opportunity that has allowed us to observe their constant movements and integration strategies to maintain their well-being.

Keywords: agroecology; school education; live well; indigenous people; resilience.

1. Introdução

As formas de interação de povos e comunidades tradicionais com o ambiente no qual vivem tem contribuído para a emergência de uma diversidade de práticas produtivas, resultado da interação com o ambiente no qual vivem, chamando atenção para as diferentes formas de manejo dos recursos naturais. Estes saberes acumulados por eles têm sido enriquecidos e aperfeiçoados paulatinamente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Os saberes destes sujeitos ultrapassam a dimensão técnico-produtiva, pois traz em seu bojo experiências existenciais e um conhecimento sensível que opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota dos seus sentidos (PESAVENTO, 2004). É nesta perspectiva que no presente trabalho buscamos analisar como os movimentos incansáveis dos Parakanã do Tocantins, em meio à selva desconhecida dos *toria* (não indígenas, como os Parakanã se referem na língua materna), os têm possibilitado desenvolver outras dinâmicas que buscam contribuir para o fortalecimento dos seus conhecimentos e viabilizar sua autonomia e reprodução social.

Organizados em duas Terras Indígenas (TIs) dispostas sobre os municípios de Itupiranga, Novo Repartimento e São Felix do Rio Xingu, os Parakanã subdividem-se em dois grupos: os que habitam a TI Apyterewa, localizada nas adjacências do Rio Xingu, e os que vivem próximos das cercanias do rio Tocantins, na TI Parakanã (FAUSTO, 2001). Este estudo trata, principalmente, dos indígenas que habitam a TI Parakanã, situada entre os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga, que se encontram em uma nova dinâmica que tem impactado sobretudo a vida das novas gerações. Analisaremos a forma estratégica como eles têm usado os conhecimentos dos não indígenas como forma de otimizar e manter a resiliência dentro de um processo de extermínio.

O acesso ao universo dos Parakanã ocorreu por meio do trabalho etnográfico, o qual possibilitou a inserção direta nos seus territórios e o acesso a informações que só podem ser captadas por meio da experiência pessoal (PORTELLI, 2001). As visitas iniciaram em 2016, em virtude da atuação de uma das pesquisadoras na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ocasião na qual passou a acompanhar os indígenas diretamente, a participar de reuniões e seminários nas aldeias, a conhecer as estratégias de integração adotadas para manutenção dos seus meios de vida e a relação deles com o órgão indigenista. Somado ao levantamento etnográfico está a participação em reuniões junto a instituição em diferentes ocasiões pelas pesquisadoras, que tornou possível o conhecimento sobre os processos historicamente vivenciados pelos indígenas e as contradições que perpassam a relação entre eles e a FUNAI.

No presente trabalho buscaremos inicialmente contextualizar o movimento histórico dos Parakanã e as transformações socioambientais enfrentadas por eles ao longo dos últimos anos, suas mobilizações para valorização dos seus conhecimentos tradicionais e ampliação de oportunidades às gerações mais novas por meio do acesso à educação escolarizada.

2. O impacto dos projetos desenvolvimentistas na vida dos Parakanã

A exploração econômica da Amazônia, intensificada a partir de 1930 com a implementação dos projetos de desenvolvimento, repercutiu diretamente sobre a vida de diversas populações tradicionais da região. No Pará, dentre as ações adotadas destaca-se a abertura da rodovia Transamazônica e a criação da Hidrelétrica de Tucuruí para abastecimento das empresas multinacionais instaladas na região.

Estes empreendimentos tiveram graves impactos sobre os modos de vida dos grupos indígenas, os empurrando a deslocamentos compulsórios, conflitos e mortes, em virtude de serem vistos como empecilho ao desenvolvimento e obstáculos ao progresso. Desse modo, a relação que mantinham com seu território tradicional foi violentamente rompida, os velhos padrões de cooperação duramente desfeitos e seus sistemas de subsistência minados (DAVIS, 1978; HALL, 1991). Com isso, sua tutela foi ofertada ao Estado que impôs sua reconstrução.

A urgência em retirar os indígenas do caminho do progresso era transparente, já que “sempre foram e continuam sendo vistos como um estorvo para a integração econômica e política do país” (GALLOIS, 1994, p. 124). Por essa razão foram dissociados da política de desenvolvimento amazônica. As diversas expedições no interior da região seguiam com a visão de que os indígenas precisavam ser contactados e trazidos para se apropriarem da civilização dos não indígenas.

Na visão dos expedicionários, como argumentado por Davis (1978, p. 25), as populações indígenas não eram selvagens nem bárbaras, simplesmente se encontravam em um dos estágios do desenvolvimento geral da civilização humana. Foi em meio a esse contexto de expansão desenvolvimentista que o povo Parakanã foi contactado, entre 1970 e 1980, pela ocasião da abertura da Transamazônica e das obras da Hidrelétrica de Tucuruí, tendo sido transferidos para a atual TI nos arredores do local onde hoje é o município de Novo Repartimento e Itupiranga, originando a aldeia Paranatinga e a Maroxewara.

O território Parakanã está situado nos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento, em uma totalidade de 351 mil hectares. Os indígenas são atendidos pela FUNAI, especificamente através do Programa Parakanã, convênio firmado entre FUNAI e ELETRONORTE, posteriormente aos contatos (FAUSTO, 2001). Atualmente a população soma cerca de 1300 indígenas, distribuídos em 20 aldeias.

Os dois momentos do contato foram significativamente danosos para eles por terem ocasionado inúmeras doenças, violências, exploração, retirada de identidade, dentre outras (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Este contato expôs os cuidados grotescos orquestrados pelo regime militar (MAGALHAES, 1994), uma vez que foi necessário o fornecimento de elementos básicos para a sobrevivência dos indígenas, como a alimentação. A oferta era feita em panelões e na hora das refeições os funcionários batiam em uma ferramenta de ferro para entoar uma forte sonoridade que servia para chamar os indígenas. Neste momento eram desferidos provocações e xingamentos aos indígenas, evidenciando a complexidade das relações mantidas por eles com estes agentes.

Soma-se a isso a relação conflituosa mantida com os regionais dos municípios. Os municípios que são tocados pela Rodovia foram originados a partir da sua abertura, facilitando a entrada de migrantes para o interior da floresta. Esta incursão contribuiu

80 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

para o surgimento de vilarejos às margens do rio que fazia divisão com a terra indígena. A implementação da hidrelétrica de Tucuruí gerou o alagamento da localidade, tornando-se necessário o deslocamento dos moradores para onde atualmente está localizada a cidade de Novo Repartimento (CMNR, 2021; BRASIL, 2021).

Com isso, o cerco aos indígenas foi se fechando, uma vez que foram criadas barreiras para controlar o acesso deles em algumas áreas, por meio de cercas de madeira, arame e fiscalização do entorno, enquanto que os limites do espaço indígena ficavam nitidamente demarcados pela mata densa e vulnerável à invasão de fazendeiros e monocultores. Durante os deslocamentos para as diversas aldeias dessa jurisdição nos deparamos com uma faixa significativa de pasto, inclusive fazendo vizinhança ao território indígena e limitando a passagem para dentro da terra indígena.

A presença dos *Awaeté* (termo como se autodenominam na língua indígena) nas adjacências de Novo Repartimento, por muito tempo foi invisibilizada, tendo sua existência desconsiderada pelos integrantes do município. Apesar da trajetória destes atores se conectarem em alguns pontos, os munícipes ainda marginalizam os indígenas, referindo-se a eles com certo exotismo e preconceito. Nesse processo de “pacificação” os indígenas foram silenciados e ignorados, sendo seu cotidiano marcado pela tríade: controle-colaboração-subversão. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016; ROSA, 2020).

Os olhares exotizantes sobre os indígenas demonstram o modo de construção do outro, o olhar que a sociedade *toria* tem sobre os Parakanã. Os regionais aferem o “grau de civilidade” dos indígenas, estabelecendo condicionantes para sua aceitação: você só é o outro que eu aceito se está próximo de meus padrões civilizatórios, do contrário você é apenas um selvagem sub-humano (SIMILJANIC, 2012).

É frequente ouvir no município de Novo Repartimento afirmações de que os indígenas “atrapalham” o avanço das obras com suas reivindicações “infundadas”. As falas preconceituosas acentuam os olhares negativos sobre eles e impõem barreiras, dificultando a comercialização dos seus produtos, como também a aquisição de gêneros que não produzem.

Em Itupiranga também não é diferente, ainda que o contato com os indígenas seja mais recente. A cidade também está localizada às margens da Transamazônica e recebeu diversos colonos para a territorialização da região. Assim como em Novo Repartimento, a relação entre os indígenas e os demais munícipes ainda é revestida de estereótipos e preconceito. A permanência dos indígenas permaneceu durante anos de forma mais restrita, sendo eles vistos como forasteiros ou obstáculos para os avanços econômicos da região.

Buscando contornar esta situação, especialmente pós-momento dos contatos, a Fundação Nacional do Índio e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) estabeleceram uma cooperação técnica cujo principal intuito era garantir a sobrevivência da população e atuar na reprodução social e suas condicionantes (SILVA, 2017). Deste modo, foi criado o Programa Parakanã.

Devido o Programa assumir certa tutela, os indígenas não acessavam políticas públicas como os demais cidadãos, visto que o programa executava de forma específica as principais políticas de assistência, restringindo o acesso aos serviços e ao comércio local. Em virtude disso, tornou-se necessária e urgente a apropriação pelos indígenas de elementos vitais para relação com os *toria*. Deste modo, o domínio dos códigos de relação apresentou-se como elemento fundamental para que pudessem ter autonomia

81 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

de seus projetos de vida e se desvinculassem da “tutela” camuflada proposta pelo Programa Parakanã. Focados na busca pela autonomia, eles iniciaram uma longa jornada de mobilização em defesa da educação escolarizada nas aldeias, marcando a trajetória de vida, principalmente, das novas gerações.

3. A educação escolarizada como estratégia de integração social e econômica entre os Awaeté e os toria

São frequentes os relatos dos *Awaeté* acerca das dificuldades na compreensão do universo dos não indígenas e os impactos na convivência entre os dois grupos, principalmente no processo de comercialização, em virtude dos preços injustos praticados pelos *toria* e sua rejeição à mercadoria indígena. Para eles, é somente a partir do domínio de elementos da cultura não indígena que será possível a sobrevivência e reprodução em meio à selva desconhecida e pouco explorada dos não indígenas. Assim, consideram que a qualificação dos produtos indígenas, provenientes principalmente da agricultura e do extrativismo, é fundamental para a autonomia e para a emergência de uma de uma relação simétrica entre os dois.

Como argumentado por Loureiro (2015, p. 28), devemos pensar no extrativismo vegetal como um grande potencial econômico e social, uma atividade capaz de gerar emprego, renda e melhoria de bem-estar de certas populações interioranas. Por isso, a mobilização pela educação escolarizada ganhou relevância. Mesmo dentro de uma contradição explícita e da imposição de um modelo hegemônico, para os indígenas o acesso à educação escolarizada seria extremamente relevante por atuar sobre a sua autonomia ao permitirem se libertar das amarras das diversas tutelas civis e institucionais e lhes fornecerem aparatos para concorrer em pé de igualdade com os *toria*.

A política de educação escolar indígena só foi direcionada para os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento em 2017, em virtude da 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e do protagonismo das lideranças que demandaram a política dentro do território. A busca pela autonomia os mobilizou a avançar para além do sistema criado pelo Programa, pois o que necessitavam estava além do que era reproduzido pela gestão. Dessa forma, era urgente a demanda pela implementação de curso regular que apresentasse os códigos necessários para a relação com os não indígenas.

Essa demanda foi apresentada de forma mais enfática durante os debates da Conferência, direcionadas ao Instituto Federal do Pará (IFPA/campus Rural de Marabá), quando os indígenas apontaram a importância de um curso técnico profissionalizante que lhes colocassem dentro dos enquadramentos acadêmicos dos não indígenas e os fornecessem elementos para gerir seu território.

Assim, entre 2018 e 2019, foi desenhado juntamente com os Parakanã o Curso Técnico em Agroecologia que deveria fornecer elementos necessários para enfrentarem os não indígenas e seu mercado competitivo. Participaram da construção a comunidade Parakanã, docentes do IFPA e técnicos da FUNAI e do programa Parakanã. Os diálogos foram realizados prioritariamente dentro do território, como agendas eventuais no Campus Rural do IFPA, em Marabá. Tiveram apoio e participação ativa de interlocutores

82 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

indígenas para auxílio nos diálogos, visto que a língua materna (*awaeté xe'enga*) é predominante nas aldeias.

O contato com a sociedade não indígena gerou grandes modificações na dinâmica de vida do povo *Awaeté*. O comprometimento do bem viver através da desterritorialização e prejuízo na reprodução social afetaram diretamente a vida de centenas de indígenas. As peculiaridades na gestão do território, as diversas doenças que culminaram com a morte de vários indígenas, gerou dependência econômica e cultural da sociedade não indígena (FAUSTO, 2001).

Atualmente o território Parakanã é considerado um concentrado de floresta contrastando com o agronegócio que circunda a TI. Os indígenas utilizam o território em diversos aspectos, através da caça, pesca e coleta de frutos nativos. Praticam roças, geralmente desempenhadas pelos mais velhos. Os vegetais mais presentes em suas roças são a batata doce (*Ipomoea batatas*), o mamão (*Carica papaya* L), a banana (*Musa spp.*), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), abobora (*Cucurbita* spp.) e melancia (*Citrullus lanatus*). Paralelo, os indígenas costumam realizar coletas de frutos das florestas, como o açaí e a castanha-do Pará, entre outros, tal prática costuma envolver a comunidade em seus grupos familiares e com diversidade de gerações. Associada à coleta, os *Awaeté* também têm costume de realizar acampamentos tanto para atividade de coleta, quanto para captura de caças para atender sua necessidade em período de festas ou para rotina alimentar (FAUSTO, 2001).

O território dos Parakanã está centralizado em meio a dinâmica do agronegócio movimentada no Sudeste do Pará, especificamente nos municípios de Novo Repartimento e Itupiranga. O destaque ao agronegócio na região é notável e atua diretamente sobre a vida das populações tradicionais da região, refletindo sobre a sociobiodiversidade (STÉDILE; ESTEVAM, 2013).

A relação com o alimento entre os povos indígenas avança a linha nutricional, atingindo a sobrevivência através da relação direta com a natureza e seu espaço identitário numa dinâmica milenar. Porém, essa relação frequentemente é abalada por interesse de terceiros. Os pacotes tecnológicos agrícolas e os interesses capitalistas no território geográfico indígena comprometem o bem viver desse povo, afetando sua segurança alimentar e autonomia.

A relação de vivência com o agronegócio e o fantasma dos projetos desenvolvimentistas apresentam alertas contemporâneos que refletem sobre a gestão do território. O aumento da população, as constantes presenças de invasores e a pressão do agronegócio e da Rodovia Transamazônica corroboraram para que os indígenas traçassem estratégias para enfrentamento dessas problemáticas, considerando a necessidade de agir frente a segurança alimentar da população, através de geração de renda e manejo da floresta.

Dentre as expectativas relacionadas ao curso mais presentes nas apresentações dos *Awaeté* estava a melhoria de vida através da otimização do uso do seu território, a viabilização do sustento familiar e a superação dos estigmas deixados pelo contato com não indígenas. Para eles, é preciso conhecer intimamente o "inimigo", como também dominar suas técnicas. Para alcance destes objetivos, foi constituído um Acordo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e o IFPA, para formalização de apoio mútuo e disponibilidade dos serviços.

83 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

Os Parakanã acreditam que o conhecimento formalizado se somará aos conhecimentos tradicionais e os ajudará na qualificação da gestão do território, no melhoramento das técnicas produtivas e no aumento da qualidade dos seus produtos. Nesta perspectiva, consideram que o saber tradicional dos povos indígenas precisa ser articulado com o saber letrado.

Alguns *Awaeté* possuem relações trabalhistas com as prefeituras municipais e com o Programa Parakanã, porém continuam com as atividades produtivas e extrativistas que envolvem seus grupos familiares. Essa atuação variada permite que protejam o território, mantenham firme a reprodução social e interajam com a segurança alimentar (WANDERLEY, 2003). Nesse sentido, concordamos com Kopenawa e Albert (2015) quando descrevem a floresta como lugar sagrado e coletivo, pois fornece a sabedoria necessária para a reprodução política, social e cultural da sociobiodiversidade.

Foi recorrente a apresentação dos indígenas quanto aos seus objetivos em relação ao curso: ter melhorias de vida através da otimização do uso do seu território, este que é fonte de sobrevivência para todas as famílias da comunidade. Sustentar suas famílias para sobrevivência, especialmente pela memória recente do contato, vai além e acumula mais saldos que as meras cifras de ganhos de uma empresa ou do comércio selvagem dinamizados pelos não indígenas. A necessidade atual sempre foi de suprir as exigências para manutenção do grupo e superar os estigmas deixados pelo contato com não indígenas.

Todos os elementos apresentados pelos indígenas integraram o formato do curso Técnico em Agroecologia que culminou com 100 alunos, todos do sexo masculino, em formato de alternância pedagógica. Nele, os conhecimentos associados ao tempo aldeia, onde a tecnologia dos saberes tradicionais se faz presentes, retroalimentam os conhecimentos movimentados no curso e seu projeto político pedagógico. As aulas tiveram início em janeiro de 2020, porém com o surgimento da pandemia de COVID-19, foram suspensas.

Os anos de 2020 e 2021 foram difíceis para a população que se sentia ameaçada pela pandemia e via o atendimento dos seus anseios se distanciar, em virtude da paralisação das aulas em seu território. Devido os não indígenas serem vistos como “sem palavras”, pois suas palavras precisam ser escritas para serem acreditadas, o encerramento das aulas no contexto da pandemia reforçava a ideia presente no imaginário indígena. Por isso, havia uma urgência em retomarem as aulas, justificada ainda pela necessidade de não aceitarem mais ser enganados pelos não indígenas na comercialização dos seus produtos e no curso eles aprenderiam a desenvolver estratégias que os possibilitariam isso.

Em fevereiro de 2022 as aulas foram retomadas, obedecendo aos protocolos sanitários exigidos. Porém, no dia 23 de abril, os Parakanã iniciaram uma nova jornada de horror, similar à vivida nos períodos iniciais de contato, devido três caçadores terem desaparecido ao adentrarem seu território e terem sido encontrados mortos cerca de cinco dias depois. Em virtude disso, os indígenas se viram em meio a protestos e ondas de ameaças proferidas por não indígenas. A luta pela autonomia e soberania estava mais uma vez comprometida.

A partir do desaparecimento dos jovens, os indígenas começaram a sofrer com a exteriorização de ódio e racismo que a população tentou camuflar por anos. Notícias tendenciosas, ameaças e olhares discriminantes se voltaram para os Parakanã,

84 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

acusados de selvagens e sem civilização por defenderem seus territórios. Familiares dos caçadores, moradores locais, donos de pequenos lotes e fazendeiros da região se juntaram numa tentativa de limar os indígenas de convivência com a sociedade de Novo Repartimento.

Paradoxalmente, em momentos anteriores às mortes, os mesmos proprietários de terra levaram reclamações ao Programa Parakanã e à FUNAI acerca do comportamento dos indígenas que saqueavam algum fruto de seus pomares. Todavia, eles também têm cercado os limites das suas propriedades com arames farpados, impedindo a entrada de qualquer desconhecido e defendido a posse de armas para “proteger” seus lares, enquanto julgam e agem com desrespeito em relação aos indígenas quando eles também buscar defender suas terras.

A relação dos Parakanã com os moradores de Novo Repartimento está longe de se estreitar. Atualmente os indígenas se encontram em estado de sítio, sendo impedidos de acessarem a sede do município e alvos de ameaças constantes, inclusive de prestadores de serviços que realizam ações para os *aweté*. Somado a isso há a instalação da insegurança alimentar, pois desde o ocorrido as aulas nas escolas indígenas não retornaram e os Parakanã seguem compondo a lista de populações originárias que sofrem com o discurso e práticas de ódio e violência na Amazônia, aliado ao medo de saírem de seus aldeamentos e da aproximação de não indígenas no território. Os atos de violência também estão presentes nas diversas matérias jornalísticas e nas redes sociais que apresentam discursos de violência, como a expressão “índio não é gente”.

Temos noção dos passos que não foram dados para garantir a segurança e o bem viver dos povos da floresta que há séculos nos permitem gozar da biodiversidade e garantem nossa sobrevivência. Poucas ações são direcionadas para o enfrentamento dessa realidade, especialmente por parte dos entes federados. Mais uma vez a luta pelo bem viver está em jogo e estratégias de enfrentamento são urgentes e necessárias para os retirar da vulnerabilidade social que os interesses capitalistas os colocam. Apesar dos olhares de espanto em virtude desta nova experiência que está adentrando suas vidas, os Parakanã continuam escrevendo novos capítulos de suas histórias permeados por uma nova relação de conhecimentos com os *toria*.

4. Considerações finais

O discurso e práticas de ódio que assola as comunidades indígenas têm repercutido sobre as situações que elas vivenciam, inclusive no âmbito educacional, comprometendo o futuro das novas gerações. O anseio dos *Aweté* pelo conhecimento acadêmico vem de uma relação de desequilíbrio entre indígenas e não indígenas, alimentada e reproduzida pela lógica do interesse do capitalismo. Desse modo, o uso dos elementos dos não indígenas fornecerá armas úteis para o enfrentamento da invisibilidade sofrida.

O povo Parakanã continuará mantendo suas tradições sem visar unicamente a exploração da natureza em sentido de acúmulo, mas também a sócio-produção. Para isso pretendem relacionar os conhecimentos tradicionais e acadêmicos às necessidades sociais de reprodução e o bem viver sempre em diálogo com o meio ambiente, subsidiando a perspectiva agroecológica.

85 A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.

A sabedoria dos povos indígenas e a forma como lidam com o conhecimento motivam a boa relação com a biodiversidade, praticando hábitos de produção alimentar sobre a ótica de relações socioambientais. Para tanto, utilizam-se da etnobiodiversidade como propósito norteador das práticas produtivas, garantindo um bom diálogo com o desenvolvimento sustentável e com o futuro da humanidade (BARROS; SILVA, 2013).

Referências –

BARROS, F. B. E; SILVA, L. M. S. Aproximações sobre saberes amazônicos como essência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos. In: GOMES, J.C.C; ASSIS, W. S (Orgs.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, p. 109-144, 2013.

BRASIL. **Novo repartimento-Pa, Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/novo-repartimento/historico>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CMNR. **História do município**. Câmara Municipal de Novo Repartimento. Disponível em: <http://cmnovorepartimento.pa.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso: em 30 ago. 2021

DAVIS, S. **Vítimas do milagre**. O Desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FAUSTO, C. **Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia**. São Paulo: Edusp, 2001.

GALLOIS, D. De arredio a isolado. In: GRUPIONI, L (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:grupioni-1994-indios>. Acesso em: 03 set. 2021.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para que?** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KOPENAWA, D.; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAGALHÃES, A. C. L. S. **Os Parakanã: Espaços da Socialização e suas articulações simbólica**. Doutorado em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PESAVENTO, S. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. In.: LANGUE, Frederique.; PESAVENTO, Sandra. (Coords.). **Journée d'Histoire des Sensibilités**. EHESS, jeudi 4 mars, 2004.

PORTELLI, A. **História oral como gênero**. Projeto História. São Paulo, n. 22, 2001.

ROSA, M. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA**. Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, C. E. **Xene Ma'e Imopinimawa: a Experiência Educativa do Programa Parakanã e suas contribuições para a afirmação da cultura, do Território e da língua Parakanã**. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9512>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

86 **A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O REINVENTAR DOS PARAKANÃ DO TOCANTINS.**

SMILJANIC, M. I. Exotismo e Ciência: os Yanomami e a construção exoticista da alteridade. **Anuário Antropológico** [Online], I, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/347>. Acesso em: 03 set. 2021

STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. Editora Expressão Popular, 2013.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

Recebido em: 28/02/2022

Aprovado em: 13/09/2022

Publicado em: 30/09/2022